

**LEI Nº 3.256 , DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.**

Dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual do exercício de 2013, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LINHARES, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Orçamento Anual do Município de Linhares, para o exercício de 2013, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a receita em **R\$ 458.359.125,00** (quatrocentos e cinquenta e oito milhões trezentos e cinquenta e nove mil e cento e vinte e cinco reais), e fixa a despesa em igual importância.

**Art. 2º** A receita será realizada mediante arrecadação de tributos municipais e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, observando os seguintes desdobramentos:

<b>RECEITA</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
RECEITA CORRENTE (A)		<b>463.036.925,00</b>
RECEITA TRIBUTARIA	<b>69.783.000,00</b>	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	<b>16.452.200,00</b>	
RECEITA PATRIMONIAL	<b>5.982.300,00</b>	
RECEITA DE SERVIÇOS	<b>15.808.000,00</b>	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	<b>351.088.825,00</b>	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	<b>3.922.600,00</b>	
<b>DEDUÇÃO DA RECEITA FORMAÇÃO DO FUNDEB (C)</b>		<b>(27.035.000,00)</b>
RECEITA DE CAPITAL (B)		<b>11.357.000,00</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	<b>40.000,00</b>	
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	<b>2.104.000,00</b>	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	<b>200.000,00</b>	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	<b>9.013.000,00</b>	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS (D)		<b>11.000.200,00</b>
RECEITA ORÇAMENTÁRIA TOTAL (A+B+D-C)		<b>458.359.125,00</b>

**Art. 3º** A despesa será realizada de acordo com a programação estabelecida nos quadros anexos, distribuídas por órgãos da administração, conforme o seguinte desdobramento:

#### **DESPESAS/RECURSOS DE TODAS AS FONTES**

<b>DESPESAS/RECURSOS DE TODAS AS FONTES</b>	<b>R\$</b>
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	
CÂMARA MUNICIPAL	<b>13.000.000,00</b>
<b>PREVIDÊNCIA</b>	
INSTITUTO PREV. ASSIST. SERVIDORES DO MUNICÍPIO	<b>20.052.500,00</b>
<b>PODER EXECUTIVO</b>	
GABINETE DO PREFEITO	<b>3.918.910,00</b>
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS	<b>15.655.913,38</b>
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	<b>14.247.920,00</b>
SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO	<b>2.100.220,00</b>
SEC. MUN. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	<b>1.512.120,00</b>
SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO	<b>107.652.174,24</b>
SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER	<b>9.390.200,00</b>
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	<b>16.518.476,00</b>
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	<b>119.288.987,77</b>
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	<b>5.918.883,61</b>
SEC. MUN. DE AGRICULTURA, AQUICULTURA E ABASTECIMENTO	<b>6.083.105,00</b>
SEC. MUN. DE DESENV. ECONÔMICO, IND. E COMÉRCIO	<b>821.350,00</b>
SEC. MUN. DE CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	<b>11.286.375,00</b>
SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS NATURAIS	<b>2.534.325,00</b>
SEC. MUN. DE SERVIÇOS URBANOS	<b>36.261.500,00</b>
SEC. MUN. DE OBRAS	<b>47.606.090,00</b>
SEC. MUN. DE CULTURA	<b>1.360.575,00</b>
SEC. MUN. DE TURISMO	<b>188.500,00</b>
SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO ÁGUA E ESGOTO	<b>15.239.000,00</b>
FACELI - FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR – LINHARES	<b>7.672.000,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<b>50.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>458.359.125,00</b>

**Art. 4º** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita nos termos do título VI, capítulo I da Lei Federal nº. 4320/64, de 17 de março de 1964, e a realizar operações de crédito por antecipação da Receita, de acordo com as disposições do artigo 167 - III da Constituição Federal e Resolução nº. 69/95, do Senado Federal.

**Art. 5º** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a abrir créditos suplementares:

I - Até o limite de 5% (cinco por cento) sobre o total da despesa fixada nesta Lei, para reforço de dotações orçamentárias consignadas, utilizando recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias, conforme o artigo 43, parágrafo primeiro, inciso III da Lei Federal nº. 4320 de 17 de março de 1964.

II – A conta de recursos de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, parágrafo primeiro, inciso II e parágrafos 3º e 4º da Lei Federal nº. 4320/1964 de 17/03/1964.

III – A de superávit financeiro em balanço patrimonial do exercício de 2012, nos termos do artigo 43, parágrafo primeiro, inciso I e parágrafo 2º da Lei Federal nº. 4320/1964 de 17/03/1964.

IV – Com objetivo de atender ao pagamento de despesas com:

- a) amortização e encargos da dívida;
- b) pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas no mesmo grupo de despesa, desde que mantido o mesmo valor aprovado para cada Poder;

V – Anulando a reserva de contingência até o seu total, para utilizar como fonte de recursos para abertura de créditos suplementares.

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito interna e externa, para financiar projetos e/ou atividades constantes deste orçamento.

**Art. 7º** Os valores constantes desta Lei poderão ser atualizados quando de sua sanção pelos índices estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor a partir de 1º. (primeiro) de janeiro de 2013.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Prefeitura Municipal de Linhares, Estado do Espírito Santo, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

GUERINO LUIZ ZANON  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NESTA SECRETARIA, DATA SUPRA.

MÁRCIO PIMENTEL MACHADO  
Secretário Municipal de Administração e dos  
Recursos Humanos